

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ENTRE O MULTILATERALISMO EUROPEU E O PAN-AMERICANISMO: POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL A PARTIR DOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ E JORNAL DO COMMERCIO (1926)

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira
Mestre, Doutorando, Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: jonatanni@yahoo.com.br

Resumo

A imprensa pode ser compreendida como uma “elaboradora de mapas”, ou seja, como uma “formadora de ambientes” onde os formuladores, agentes e analistas de política externa podem agir e contribuir para formar e informar parcelas da opinião pública de acordo com interesses específicos. Os jornais cariocas Correio da Manhã e Jornal do Commercio contribuíram para formar mapas distintos de como se dava e de como deveria ocorrer a inserção internacional do Brasil no contexto da participação na Liga das Nações. Para o ano analisado de 1926, período em que o Brasil vota a entrada da Alemanha no Conselho Executivo e anuncia a sua saída da Liga, os jornais assumem posturas e constroem mapas diferentes da atuação e da inserção externa do Brasil. O Jornal do Commercio, assume uma postura amplamente favorável à atuação do Brasil na Liga e percebe que o futuro da presença externa do Brasil passa por uma atuação “firme” e “incisiva” e por uma ação no cenário global de forma multilateral. Já o Correio da Manhã, assume uma postura amplamente crítica ao que qualificava como “intransigência” do presidente, defendendo que o Brasil deveria se afastar das “velhas intrigas” europeias e consolidar as suas alianças com os vizinhos americanos, conformando a defesa de um pan-americanismo.

Palavras-chave:

Política Externa Brasileira; Imprensa; Liga das Nações.

Introdução

As relações entre a imprensa e a política externa tem sido objeto de estudo cada vez mais sistemático desde o início do século XXI, quando se aceleraram os diversos mecanismos e meios de comunicação, notadamente com a internet e as redes sociais. Seguindo esta tendência, inicialmente dominada pelas áreas de Comunicação e da Ciência Política, o campo da História também tem se preocupado cada vez mais em contribuir para este relativo novo campo de estudo, contribuindo com conceitos próprios da área historiográfica já consolidada nos estudos das relações entre imprensa e política.

No caso que aqui analisaremos, procuraremos perceber, através da grande imprensa carioca, nos termos já definidos por Nelson Werneck Sodré (1983) e Tânia Regina de Luca (2008), e utilizando-a tanto como fonte como objeto de pesquisa, como diferentes meios de comunicação podem compreender e projetar diferentes perspectivas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de inserção internacional para o Brasil em um contexto e tema específicos, procurando contribuir para a crescente historiografia sobre estas questões.

Para a presente pesquisa analisaremos os jornais cariocas *Jornal do Commercio* e *Correio da Manhã*, dois dos periódicos de maior importância e circulação na então capital federal no início do século XX, mas que possuíam linhas editoriais e público leitor bastante distintos. Nesse sentido, analisaremos a percepção que cada jornal possuía sobre como o Brasil vinha se inserindo internacionalmente e como projetavam como esta inserção deveria ser a partir da atuação do Brasil na Liga das Nações, especialmente no ano de 1926 quando o Brasil intensifica a sua atuação na busca por um lugar permanente no Conselho Executivo da instituição, o que acaba levando o Brasil a vetar a entrada da Alemanha no mesmo Conselho em março e ao anúncio de sua saída em junho do mesmo ano.

Criada a partir dos escombros da Primeira Guerra com a finalidade principal de evitar um novo conflito bélico mundial, a Liga das Nações foi a primeira tentativa em larga escala de padronizar os problemas políticos internacionais, subjugando-os aos princípios do Direito Internacional (CARR, 2001, p. 40). Já presente nos “14 pontos de Wilson” proposto pelo então presidente norte-americano ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Liga deveria cumprir este papel na nova ordem mundial que emerge ao final do conflito, garantindo a multilateralidade e a prevalência do direito internacional e da mediação na resolução dos conflitos internacionais, o que deveria superar a ideia de uma diplomacia secreta até então praticada pelas grandes potências.

Sobre a atuação do Brasil na Liga das Nações e principalmente sobre a crise de 1926, a autora Norma Breda dos Santos a compreende como sendo um choque entre as agendas da política externa brasileira e da política internacional europeia. As agendas externas brasileira, sob a relutância de Bernardes e Pacheco, e a postura igualmente intransigente das potências europeias – França, Grã-Bretanha e Alemanha – levaram a um choque entre as duas posições. A autora defende a necessidade de se compreender a questão a partir de uma interação complexa entre a geopolítica internacional e multilateral e a capacidade do Brasil em exercer influência nesse contexto (SANTOS, 2016, p. 213).

Nesse sentido, o fiasco não foi brasileiro. O fiasco foi da Liga, em tentar criar uma instituição multilateral em uma nova ordem internacional. O multilateralismo proposto

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

por Wilson era inviável na prática. Também a diplomacia de Mello Franco, Bernardes e Pacheco devem ser colocadas em perspectiva, ou seja, devem ser pensadas em um contexto maior de fiasco da própria diplomacia internacional (SANTOS, 2003, p. 105-106).

Portanto, a análise da atuação brasileira nesta instituição ganha especial relevo dada a importância da nova instituição nas relações internacionais. Nesse sentido, a atuação e cobertura da grande imprensa periódica da cidade do Rio de Janeiro adquire uma importância de destaque pois, como poderemos observar, esta era uma imprensa atuante politicamente e que não media esforços para marcar os seus posicionamentos, contribuindo para criar ideias e ambientes políticos específicos onde os agentes políticos poderiam agir e influenciar.

Perspectivas teóricas e a relação entre Imprensa e Política Externa

A escolha do jornal como fonte histórica privilegiada adquire uma dupla intencionalidade: a percepção do jornal como fonte e objeto de pesquisa. A análise a partir dos periódicos não deve servir apenas como simples fonte que nos concede acesso ao passado, mas é igualmente importante compreender o jornal como um local privilegiado de difusão e de disputas políticas. Particularmente na conjuntura política da Primeira República, citando Tânia de Luca

os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiram-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na auto-imagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir (LUCA, 2008, p. 155).

Na sua relação com a política externa, a mídia adquire características específicas e mais complexas. É possível refletir que a atuação da mídia, no sentido da sua capacidade de construir e disseminar realidades sociais por meio de seu discurso cotidiano, compartilha com os outros agentes políticos a função de constituir a definição de regras, identidades e interesses. Em um movimento dialético, igualmente, a mídia é constituída e influenciada pela estrutura da realidade política internacional (CAMARGO, 2012, p. 27). Esta concepção se aproxima da perspectiva de Christopher Hill com relação à ação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

recíproca entre os recursos doméstico e externo de um país na ação de política externa. Todo analista deve pensar nestes dois caminhos: a política externa tem as suas fontes domésticas e a política doméstica tem as suas influências externas (HILL, 2003, p. 39).

Chanan Naveh nos explica que “[a mídia] pode ser descrita como a ferramenta que expressa as interpretações não-governamentais e expectativas de vários membros ou grupos da sociedade, assim como uma ferramenta que o governo usa para expressar a sua política estatal – ou dominante – na mídia” (NAVEH, 2002, p. 2). Dentro da perspectiva da política externa, esse autor advoga a favor da concepção da mídia como sendo o ambiente em que a decisão de política externa acontece em dois momentos: é tanto um meio de saída das decisões (divulgação) como de apropriação por parte dos leitores (opinião pública). Ao mesmo tempo, a mídia cria o ambiente onde a política externa atua como também à reporta e noticia (NAVEH, 2002, p. 4).

É na descrição do ambiente político e na sugestão de alternativas políticas objetivando oferecer a melhor promessa de gerenciamento do ambiente que, para Naveh, encontraremos a imprensa “desempenhando um papel tão importante no pensamento sobre política externa. Essa função de ‘elaboração de mapas’ da imprensa é central para o impacto real da imprensa no campo da política externa” (NAVEH, 2002, p. 5). Nesse sentido, portanto, a imprensa adquire papel fundamental para um estudo mais complexo da política externa. De acordo com Bernard Cohen

Para a maioria do público de política externa, o mapa político realmente eficaz do mundo – ou seja, seu mapa operacional do mundo – é desenhado pelo repórter e pelo editor, não pelo cartógrafo. [...] A imprensa [...] pode não ser bem-sucedida na maioria das vezes em dizer às pessoas o que pensar, mas é incrivelmente bem-sucedida em dizer aos leitores o que pensar sobre (COHEN, 1963, p. 12-13).

Portanto, as percepções acima descritas nos será de grande importância na análise da imprensa como importante campo político de formação e informação ao público leitor de uma visão específica de política externa, contribuindo para que setores da população formem uma opinião favorável ao seu pensamento sobre política externa. No caso, acreditamos que os periódicos contribuíam decisivamente para criar mapas políticos específicos da atuação e da inserção internacional do Brasil no contexto da Liga das Nações. A partir dessa perspectiva, acreditamos que o *Jornal do Commercio* e o *Correio*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da Manhã ajudaram a construir duas imagens distintas sobre a atuação e a inserção internacional do Brasil, como poderemos observar nos tópicos a seguir.

O multilateralismo no Jornal do Commercio

Jornal lido pela elite política e econômica do Rio de Janeiro, o Jornal do Commercio custava o dobro do preço do outro jornal aqui analisado. Seu proprietário era Felix Pacheco, então ministro das relações exteriores de Artur Bernardes. Portanto, a análise desse jornal adquire especial relevo, pois este é um caso exemplar da relação entre política e imprensa na Primeira República, relação esta bastante comum na vida política brasileira do período. Em linhas gerais é um jornal de situação, de apoio ao governo, praticamente um órgão "extra-oficial" do então presidente Arthur Bernardes, de amplo apoio às atitudes do governo, tanto nas políticas interna quanto externa.

Demonstra, inicialmente, uma visão alinhada à atuação do Brasil na Liga, corroborando todas as ações do Brasil e tecendo vários elogios à atuação brasileira, ao presidente, ao ministro e aos diplomatas que atuavam em Genebra, sede da Liga das Nações. Destacando a reunião em que o Brasil anuncia o veto à entrada da Alemanha em seu Conselho Executivo, o jornal afirma que

O que se passou hontem [17 de março] em Genebra foi um espectáculo historico, que podemos registrar com a satisfação do dever cumprido, e com a ufania de quem soube dar conta de um mandato legitimo e decorrente da propria natureza das cousas. [...] O Brasil não poderia, portanto, aceitar o criterio de subordinar o caracter essencial de universalidade da Liga, os seus grandes fundamentos humanos e juridicos aos interesses transitorios da politica regional da Europa (JORNAL DO COMMERCIO, 18/03/1926, p. 3).

O periódico afirma que o Brasil possui uma grande chance de adquirir uma inserção internacional mais proeminente em sua atuação na Liga, uma vez tendo sido um dos membros fundadores da instituição, ainda no Tratado de Versalhes em 1919, e tendo sido membro temporário do seu Conselho Executivo desde a fundação. O jornal também utiliza como argumento para possuir um lugar privilegiado na Liga o fato de ser um dos que mais contribuem financeiramente para a instituição. Além desses argumentos, também o da representatividade geográfica e devido à ausência dos Estados Unidos da América na instituição servem como *corpus* argumentativo da diplomacia nacional na

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

busca pelo assento permanente. Dentro dessa argumentação, o jornal afirma que na ausência dos Estados Unidos os títulos do Brasil são “incontestáveis, claros, evidentes”. O jornal continua afirmando que

O Brasil, sendo o que é, merecia o lugar permanente, não só por ser um dos grandes países do mundo, como para dar à Liga o carácter de universalização, sem o qual não poderá viver. [...] ceder nesse particular seria para o Brasil renunciar ao seu princípio de representação americano. [...] todos os brasileiros devem, entretanto, estar ufanos com o que se obteve (JORNAL DO COMMERCIO, 19/03/1926, p. 2).

Ao utilizar-se dessa argumentação, o governo brasileiro e o jornal até se utilizam de uma retórica pan-americana, de representatividade da América, mas justamente para defender o multilateralismo proposto inicialmente pela Liga, e não um pan-americanismo isolacionista, que se aproxima mais do pensado pelo Correio da Manhã. A inserção internacional do Brasil deveria ser dada a partir de um universalismo proposto inicialmente pela Liga, emergida dos escombros da Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, a nova ordem internacional mais multilateral ganha mais destaque. A defesa do pan-americanismo, por essa perspectiva, adquiria mais um componente de retórica argumentativa do que propriamente uma defesa genuína. Segundo um próprio editorial do jornal

Quando reivindicamos um lugar no quadro permanente no Conselho Executivo, não o fazemos por uma questão de orgulho ou vaidade, não o fazemos para satisfazer qualquer egoísmo brasileiro ou americano. Sustentamos a nossa candidatura, para dar representação condigna à própria América, e, portanto, para com isso dar à Liga as vantagens e as forças da universalização” (JORNAL DO COMMERCIO, 13/05/1926, p. 2, n. 131).

O Jornal do Commercio, ecoando as vontades do governo, via na Liga a oportunidade da maior projeção internacional em uma nova ordem pós-guerra de emergência do multilateralismo, onde os pequenos países e potências médias poderiam adquirir maior poder nesse novo cenário. Em um contexto multilateral pós guerra esses ganhos possíveis estavam nos cálculos do governo brasileiro e também do Jornal do Commercio.

Portanto, o Jornal do Commercio defendia um multilateralismo que era o idealizado pela Liga desde a sua fundação a partir dos 14 pontos de Wilson, mas que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vinha sofrendo muita resistência pelas potências europeias, que insistiam em praticar uma velha diplomacia, secreta e bilateral. Mesmo assim, o Brasil insistia na Liga como o local privilegiado da nova ordem multilateral, onde deveria atuar. O Jornal do Commercio foi o principal órgão de imprensa defensor dessa visão, tecendo sempre elogios ao funcionamento da Liga e da sua importância.

No entanto, após o anúncio da saída do Brasil em junho, o jornal passa a atacar a Liga, questionando agora a sua utilidade e eficácia. Inspirando-se no ideal wilsoniano, o editorial do jornal, agora atacando a Liga, afirma que

Concentrar a capacidade de execução num só grupo de potências, num só continente, seria desvirtuar os fins da Liga das Nações, tirar-lhe todo o aspecto universal, torna-la inteiramente impotente em caso de um grande conflito [...]. Não vale a pena, portanto, o sacrifício de ficar, pois a Liga abandona o ideal de Wilson [...]. A Liga será universal, ou não o será”, parafrazeando Wilson (JORNAL DO COMMERCIO, 16/06/1926, p. 4, n. 165).

Já nesse contexto, o jornal passa a adquirir uma postura mais crítica em relação à Liga, contribuindo para criar um ambiente político onde a permanência do Brasil na Liga não condizia mais aos interesses do Brasil, uma vez que a Liga teria se desvirtuado dos seus ideais iniciais. Sendo assim, o jornal projeta uma inserção internacional ainda multilateral, porém, fora dos muros da instituição de Genebra.

O pan-americanismo no Correio da Manhã

O Correio da Manhã era o jornal mais popular do Rio de Janeiro e de maior tiragem, custando metade do preço do Jornal do Commercio e atingindo as classes mais populares. Além disso, também era um jornal de diagramação mais moderna e com fotos. Em linhas gerais era um jornal de oposição contundente ao governo Bernardes, se colocando ao lado do povo. Era conhecido como um jornal de opinião, o que fica demonstrado em longos e eloquentes editoriais. Também era costumeiros os ataques pessoais aos membros do governo e ao Itamaraty. Quanto ao ministério de Rio Branco questionavam principalmente a pompa e opulência em que os diplomatas viviam no ministério, criticando as altas somas de verbas públicas que eram gastas em cargos e eventos vistos como desnecessários.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como jornal de oposição foi contrário não somente à atuação do Brasil em 1926 na busca por um assento permanente, mas na própria atuação do Brasil na instituição desde o início de seu funcionamento em 1920. Nesse contexto, o Correio da Manhã foi um grande crítico da Liga, vista como um instrumento da velha Europa e do seu imperialismo. Era também vista como uma instituição fracassada e que só valia para atender aos interesses dos Europeus e que, por isso, o Brasil não deveria se meter nesses assuntos. Em eloquente editorial, o jornal questiona a utilidade da Liga para o Brasil: “Que é que daqui, deste nosso recanto socegado da America, temos a ver com as prevenções latentes da Inglaterra e da França contra a Rússia, com os rancores surdos da Allemanha contra a Polônia [...]. Nada, absolutamente nada” (CORREIO DA MANHÃ, 17/03/1926, p. 2).

Por outro lado, priorizava a ação externa do Brasil em aliança com os países americanos, com os quais teria muito mais interesses convergentes. O jornal ajuda a construir e divulgar a ideia de que o Brasil deveria manter-se sob a órbita dos EUA na defesa de um pan-americanismo sob a liderança do irmão do norte. Quando do anúncio da saída do Brasil da instituição em junho de 1926, o editorialista confirma que

A retirada determinada pelo governo tem a aprovação do paiz inteiro e a sua acção significa que serão mais íntimas as relações do Brasil com as nações americanas, especialmente os Estados Unidos. Mais do que nunca, o Brasil deverá seguir as orientações dos Estados Unidos, idealizando as mais amplas relações de amizade entre todas as nações dos continentes americanos” (CORREIO DA MANHÃ, 16/06/1926, p. 1, n. 9631).

O pan-americanismo do jornal é defendido em vários editoriais e em artigos assinados. Este modelo de inserção internacional é visto como um tipo de vocação histórica pelo jornal, onde o isolacionismo continental era visto de forma antagônica ao atraso da velha Europa, destruída pela recente guerra. Ao elogiar um artigo escrito pelo então deputado federal Lindolpho Collor, o editorial do jornal reafirma que

As tendencias manifestadas desde os primórdios da independência, pelos próceres americanos, de organizar e dar corpo aos ideas pan-americanos, pelo estabelecimento do regimen do direito entre os povos do nosso continente como garantia da justiça e da paz são já uma expressão bem nítida desse espírito de cooperação, que a Liga das Nações, formada sobre a influencia directa do Presidente Wilson, quis

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estender e universalizar (CORREIO DA MANHÃ, 16/10/1926, p. 3, n. 286).

Podemos compreender que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) acelera e acentua essa visão de que a Europa representa agora o atraso e de que a América é o novo. Portanto, passada a guerra, é importante destacar os impactos que este conflito trouxe para o Brasil. Segundo Olivier Compagnon, a guerra provocou uma crise de identidade nas elites latino-americanas, na medida em que deixou a América Latina órfã pela segunda vez em menos de cem anos. Se referindo principalmente aos contextos argentino e brasileiro,

[...] a Grande Guerra devolve as elites argentinas e brasileiras – órfãos pela segunda vez após a perda da mãe pátria ibérica um século antes – às raízes mais profundas de sua identidade. [...] Na medida em que as fumaças dos obuses não mais permitem vislumbrar o farol da modernidade europeia que guiara o destino dos jovens Estados latino-americanos desde sua independência, os anos 1920 e 1930 correspondem a uma fase de questionamentos identitários na qual a ideia de nação ocupa um lugar fundamental (COMPAGNON, 2014, p. 324).

Conseqüentemente, a partir dos anos 1920 a matriz do nacionalismo cultural é fundadora de identidades e de práticas específicas que se constituem numa alteridade radical diante da Europa no exato instante em que esta, minada pela Grande Guerra, volta os olhos para o exterior e desenvolve um "gosto pelos outros" supostamente regenerador (COMPAGNON, 2014, p. 331). Portanto, é muito importante para esta pesquisa compreender o contexto interno do Brasil - e de sua imprensa - a partir desse prisma de mudança de paradigma "civilizacional", quando as elites brasileiras se afastam culturalmente da Europa e, conseqüentemente, também carregam a política. No entanto, esta ruptura com a Europa não foi total. A análise da cobertura da imprensa sobre a atuação do Brasil na Liga das Nações nos mostra que setores da elite política brasileira ainda eram muito ligados ao estilo de vida e à política europeia, enquanto outros encarnavam justamente esta mudança de perspectiva na visão sobre o posicionamento internacional do Brasil, se aproximando de uma perspectiva mais pan-americanista, tanto política quanto culturalmente. O próprio historiador Compagnon já abre espaço para este tipo de interpretação, afirmando que “embora tenha deixado traços ao longo de todo o entreguerras, esta mística renovada da latino-americanidade não reúne a mesma audiência

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

no Brasil, onde a derrocada do modelo civilizador europeu provoca antes uma reativação do ideal pan-americano (COMPAGNON, 2014, p. 318).

Nesse contexto pós-guerra, o Correio da Manhã representa bem esta nova visão, questionando a legitimidade da "velha" Europa e elogiando a modernidade representado pelos ideais pan-americanos dirigidos pelo vizinho mais poderoso do norte. Como abordado anteriormente, o Jornal do Commercio também se utiliza dessa retórica pan-americana, mas apenas para defender o multilateralismo, justificando um lugar de privilégio na instituição de Genebra em detrimento dos demais países americanos, representados ou não na Liga.

Conclusões

Na análise dos dois jornais, um de oposição e um de situação, percebe-se diferentes perspectivas da atuação brasileira e de sua inserção nas relações internacionais no contexto da Liga das Nações que contribuem para o entendimento mais geral da atuação brasileira e de quais ideias estavam em disputa. Nesse sentido, pretendemos aqui analisar os jornais não apenas como fonte histórica, mas também como objetos de análise, já que estes periódicos se constituíam como local privilegiado das disputas políticas e como meio de construção de ambientes políticos que interessavam a determinados setores da sociedade.

No caso, o Jornal do Commercio defendia o multilateralismo, o governo e a Liga - até o seu desligamento da instituição. Já o Correio da Manhã tecia grandes críticas à instituição e ao governo, advogando uma maior aproximação com os vizinhos americanos, caracterizando a defesa de um pan-americanismo muito em voga no contexto pós-guerra.

Portanto, os jornais procuram criar um ambiente favorável às suas posições de política externa, dando destaque aos temas e assuntos que melhor exemplificam este mesmo ambiente em que querem atuar e influenciar. Os periódicos, nesse caso, tornam-se importantes casos de estudo para perceber como as elites políticas atuam na formação de consensos para atuação e formulação de agendas para a política externa, construindo ambientes e mapas políticos específicos de acordo com seus interesses políticos e projetando diferentes possibilidades de inserção internacional para o Brasil.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Fontes e bibliografia citada

CAMARGO, Julia Faria. *Mídia e Relações Internacionais: Lições da Invasão do Iraque* em 2003. Curitiba: Juruá, 2012.

CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: UNB/IPRI, 2001.

COHEN, Bernard Cecil. *The press and foreign policy*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=26047. Acesso em: 20 jun. 2021.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=27833. Acesso em: 20 jun. 2021.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 17 de março de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=24749. Acesso em: 20 jun. 2021.

HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. Palgrave; Macmillan, 2003.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_11&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=16642. Acesso em: 20 jun. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_11&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=17042. Acesso em: 20 jun. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 18 de março de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_11&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=15060. Acesso em: 20 jun. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 19 de março de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_11&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=15084. Acesso em: 20 jun. 2021.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 149-175.

NAVEH, Chanan. *The Role of the Media in Foreign Policy Decision-Making: A Theoretical Framework*. In.: *Conflict & Communication online*, Vol. 1, No. 2, 2002.

SANTOS, Norma Breda dos. Grand Days: noventa anos depois de o Brasil ter deixado Genebra, o que diz a historiografia sobre a participação brasileira na Liga das Nações (1920-1926)? In.: *Cadernos de Política Exterior*, v. 3, p. 195–220, 2016.

_____. Diplomacia e Fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. 46, Vol. 1, p. 87-112, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.